

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

17 a 21 de junho de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Nomeações](#)

Proteção de Dados

- **MDHC cria grupo para desenvolver Política de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.** A [Resolução MDHC nº 246/2024](#), publicada nesta semana, estabelece a formação de um Grupo Temático (GT) com o objetivo de desenvolver a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital**. O GT terá a função de propor ações conjuntas e estratégias multissetoriais para combater a violência, abuso e exploração no ambiente digital, bem como promover o uso equilibrado de dispositivos digitais. Além disso, o grupo terá o prazo de **30 dias** para concluir suas atividades, prorrogável por igual período, e a política resultante deverá ser publicada até **dezembro de 2024**. O Grupo, composto por representantes da sociedade civil e do Poder Executivo, será coordenado pela SNDCA e pelo Conanda, e terá como competências, entre outras atividades, a identificação de atos normativos e a avaliação de estratégias de articulação de políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente no ambiente virtual.

- **ANPD promove o primeiro encontro nacional de DPOs em agosto.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD, irá promover em **1º de agosto**, em Brasília, o primeiro Encontro Nacional dos Encarregados, com transmissão online. O objetivo do evento é reunir diversos setores para discutir as atividades do encarregado pelo tratamento de dados pessoais. Segundo a Autoridade, o encontro será uma oportunidade para compartilhar experiências, discutir desafios e explorar soluções práticas em privacidade e proteção de dados. O evento contará com o lançamento do regulamento do Encarregado de Dados e painéis sobre responsabilidade, tratamento de dados, incidentes de segurança e inteligência artificial. A iniciativa da ANPD tem o intuito de contribuir para a disseminação de boas práticas e conscientização sobre a importância da proteção de dados, visando a adequação das empresas e órgãos públicos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao progresso tecnológico. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Internet

- **NIC.br celebra 35 anos do “.br” com balanço do legado e das novas demandas.** O domínio “.br” completou 35 anos e foi comemorado em uma sessão solene na **Câmara dos Deputados**, reunindo representantes do **NIC.br**, **CGI.br**, instituições privadas e órgãos públicos para refletir sobre o legado construído e as oportunidades de melhoria para o futuro. O NIC.br foi criado para absorver parte dos projetos do CGI.br, sendo responsável pelo registro e manutenção de nomes de domínios com “.br” e distribuição de endereços de navegação através do registro .br. O diretor-presidente do NIC.br, **Demi Getschko**, ressaltou os diferenciais do Brasil no cenário tecnológico, destacando o retorno para a internet brasileira proporcionado pelo modelo de cobrança de domínio implementado em 1997. Getschko ressaltou que a economia gerada permitiu a realização de atividades relevantes, como o ponto de troca de tráfego, estatísticas de internet e trabalho sobre protocolo da web, colocando o país em destaque no cenário mundial.

Com informações de: [Tele Síntese](#)

- **TIC Governo Eletrônico: nos municípios, o telefone supera a Internet no atendimento ao cidadão.** A digitalização dos serviços públicos municipais no Brasil avançou significativamente ao longo da última década, de acordo com a nova edição da pesquisa TIC Governo Eletrônico, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) na segunda-feira (17). Em 2023, 91% das prefeituras brasileiras ofereceram pelo menos um serviço online aos cidadãos, um aumento em relação aos 75% registrados em 2013. O levantamento, conduzido pelo Cetic.br do NIC.br, indicou que o agendamento de consultas e atendimentos foi o serviço menos oferecido (33%), enquanto o download de documentos ou formulários foi o mais comum (89%), seguido pela emissão de **nota fiscal eletrônica** (83%) e a emissão de boletos de tributos (70%). Os dados apontam para um avanço significativo na digitalização dos serviços públicos municipais, acompanhando a crescente necessidade de acesso digital por parte dos cidadãos.

Com informações de: [Abranet](#)

5G no Brasil

- **EAF antecipa Fase 5 de liberação da faixa de 3,5 GHz em mais de um ano.** A partir de segunda-feira, 27, mais **168 municípios** brasileiros estão aptos a receber a tecnologia 5G na faixa de 3,5 GHz, totalizando 4.302 cidades em todo o país. Com esta liberação, a limpeza da faixa alcançou a Fase 5 mais de um ano antes do previsto, de acordo com o Edital do 5G, que estabelecia o prazo até **30 de junho de 2025**. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) informou que os estados do Acre, Amazonas e Goiás passam a integrar a lista de regiões com todos os municípios aptos a receber o 5G standalone, também conhecido como 5G 'puro', que oferece maior velocidade de conexão. Além disso, outros estados totalmente liberados para a tecnologia são: Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Tocantins e o Distrito Federal. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Governo ainda precisa definir detalhes operacionais da rede privativa.** O governo federal ainda não enviou informações essenciais para a construção da rede privativa móvel e óptica, que será financiada pelo leilão do 5G realizado em 2021. Uma vez que é responsabilidade da União decidir se a rede privativa móvel em Brasília terá ou não o compartilhamento RAN, assim como a relação dos pontos de acesso da rede fixa óptica em cada capital brasileira, estas definições precisam ser encaminhadas ao **Gaispi**. Isso permitirá que a EAF, entidade criada pelas operadoras móveis para atender às obrigações do leilão 5G, possa dar continuidade à aquisição dos equipamentos necessários para a criação da **rede celular pública federal**, criptografada e voltada para uso das forças de segurança. Com informações de: [Tele Síntese](#)

Segurança Cibernética

- **Ministro-chefe do GSI sugere investimento em defesa cibernética.** A Política Nacional de Cibersegurança foi o foco do debate realizado na terça-feira (18), na Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética. Durante a audiência pública, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general **Marcos Antônio Amaro**, alertou que os crimes cibernéticos já causaram um prejuízo de mais de **R\$ 1 trilhão** ao país. Segundo o general, o Fórum Econômico Mundial estima que cerca de **14% do PIB** dos países são impactados por esses delitos, o que equivaleria a uma perda de R\$ 1,5 trilhão no caso do Brasil. Amaro ressaltou a importância de iniciativas voltadas para a criação de um órgão de governança, fiscalização e controle, que poderiam resultar em uma economia de até **R\$ 150 bilhões, reduzindo em 10% as perdas atuais**. Com informações de: [Agência Senado](#)

Inteligência Artificial

- **Adiada votação de projeto que regulamenta o uso de IA no Brasil.** O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO) apresentou, nesta terça (18), parecer favorável ao PL 2338/2023 (regulamenta o uso de IA no Brasil) e seus apensados, com emendas, na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado Federal. A matéria constava da pauta da reunião deliberativa do mesmo dia, porém foi adiado em razão de pedido de vistas.

- » O relatório do senador Eduardo Gomes incorporou temas de outros nove projetos em análise na comissão e incluiu aspectos como proteção de dados, proteção ao trabalho e armas letais autônomas. O texto propõe novas regras de proteção ao trabalho e aos trabalhadores, seguindo tendências regulatórias adotadas no Reino Unido e nos Estados Unidos e acatando parcialmente 27 emendas apresentadas. O relator esclareceu que a proposta aplica as regras gerais definidas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor aos sistemas de inteligência artificial, destacando a importância das contribuições da comissão de juristas e a realização de audiências públicas. Além disso, a CTIA aprova requerimento do senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) para a realização de mais 5 audiências para tratar da avaliação de riscos, governança, autorregulação, fiscalização e inovação sustentável. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Relator do projeto que regulamenta inteligência artificial coloca ANPD como autoridade central.** O senador **Eduardo Gomes** (MDB-TO) apresentou o relatório do projeto de lei que visa regulamentar a inteligência artificial (IA) no Brasil. A nova versão do projeto coloca a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como responsável pelo **Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA)**. Esse sistema terá como missão reduzir a disparidade regulatória em relação aos diversos usos intensivos de sistemas de IA em setores não regulamentados. Com isso, a ANPD, que atualmente está vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), será designada como a autoridade competente para coordenar o SIA, de acordo com trecho do parecer lido por Gomes. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **“Nosso compromisso é de ouvir todos os órgãos”, diz diretor da ANPD sobre IA.** Durante a apresentação do relatório do projeto de lei para regulamentação da Inteligência Artificial (IA) no Senado Federal, **Arthur Sabbat**, membro do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, avaliou positivamente o documento ao incluir a ANPD como coordenadora do **Sistema Nacional de Regulação e Governança de IA (SIA)**. Segundo Sabbat, a atuação da ANPD será integrada e o compromisso é ouvir todas as entidades reguladoras, a sociedade e as instituições públicas e privadas do país. Essa inclusão da ANPD no projeto de lei foi defendida pelo relator, **Eduardo Gomes** (PL-TO), e foi apresentada na versão de substitutivo do texto durante a tarde desta terça-feira. Com informações de: [Tele Síntese](#)

- **IA: Classificação de risco está entre principais impasses na tramitação.** O relatório da comissão encarregada de analisar a proposta de marco legal para a inteligência artificial aponta as principais demandas de ajustes nos setores envolvidos, com destaque para a definição dos **sistemas considerados de alto risco e a imposição de condicionantes** para seu desenvolvimento e uso, além de salvaguardas aos usuários e punições em caso de descumprimento. O adiamento da votação também envolve a tentativa de flexibilizações, com parlamentares sendo procurados por representantes de empresas que temem o impacto no desenvolvimento ou continuidade de sistemas sujeitos a maior rigor regulatório. Outra frente de discussão pede maior distinção entre as responsabilidades dos desenvolvedores e daqueles que vão aplicar as ferramentas de IA. Com informações de: [Tele Síntese](#)

- **Procon faz consulta sobre uso de Inteligência Artificial online.** O Procon-SP lançou uma pesquisa para entender a percepção dos consumidores sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) nas compras on-line. O objetivo é coletar opiniões que irão orientar o desenvolvimento de atividades da área de estudos e pesquisas do órgão, como materiais educativos e palestras. A

participação na pesquisa pode ser feita pelo site ou pelas redes sociais do Procon-SP. O questionário de **13 perguntas de múltipla escolha** aborda questões relacionadas ao uso da IA durante as compras, coleta de dados e análise do comportamento do consumidor, além de perguntar se os participantes já notaram publicidade personalizada para o seu perfil e se já foram vítimas de fraude após a interação com IA. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Anatel desenvolve ferramenta de IA Generativa para o setor público.** A Anatel criou uma ferramenta de inteligência artificial generativa para agilizar a produção de documentos comuns, como ofícios, através do sistema eletrônico de gestão de documentos SEI. O recurso, desenvolvido pelo grupo de trabalho temático sobre IA, também é capaz de fazer a sumarização dos processos. O superintendente executivo, **Abraão Balbino**, revelou que o módulo de IA generativa será lançado em junho e estará disponível para uso de outros órgãos públicos. A ferramenta utiliza modelos de linguagem brasileiros e promete otimizar o fluxo de trabalho dos servidores da autarquia. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Lula diz que talvez o Brasil não precise da inteligência artificial.** Em entrevista realizada nesta quarta-feira (19), o presidente **Lula** expressou suas opiniões sobre o uso da inteligência artificial (IA) no Brasil, levantando dúvidas sobre a necessidade do país em adotar essa tecnologia. De acordo com o líder do PT, a IA só seria bem-vinda se contribuísse para a melhoria da qualidade de trabalho e para tornar as pessoas mais humanas. Lula ressaltou que, caso a inteligência artificial não atenda a esses critérios, ele prefere confiar na capacidade de raciocínio humano. Lula afirmou que, apesar de reconhecer o potencial da IA, é necessário avaliar como ela pode ser integrada de forma benéfica à sociedade brasileira, priorizando sempre o aprimoramento humano e a qualidade de vida da população. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Falta de interesse faz Estados descartarem Inteligência Artificial na gestão.** A nova edição da TIC Governo Eletrônico, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) na segunda-feira, mostrou um aumento no interesse por tecnologias emergentes, como inteligência artificial e Internet das Coisas, entre órgãos públicos federais e estaduais. De acordo com a pesquisa, o uso de inteligência artificial cresceu de 24% em 2021 para 30% em 2023, enquanto a Internet das Coisas subiu de 18% para 27%. Já a adoção de Blockchain se manteve estável em 15%. A inteligência artificial foi a tecnologia com maior disparidade de uso entre os órgãos federais e estaduais, com 49% e 28% de adoção, respectivamente. Entre os órgãos federais, a falta de pessoal capacitado foi o principal motivo apontado para a não utilização da IA, seguido pela falta de prioridade. Por fim, a pesquisa revelou que a inteligência artificial está se tornando cada vez mais presente no setor público, mas ainda enfrenta desafios relacionados à capacitação de pessoal e priorização nas organizações. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Comissão de banda larga da UIT avalia IA para dividendo digital.** A inteligência artificial (IA) foi apontada como uma aliada para conectar as 2,6 bilhões de pessoas que ainda não possuem acesso à internet, de acordo com o estudo “The State of Broadband 2024” da comissão de banda larga para o desenvolvimento sustentável da União Internacional de Telecomunicações. A primeira parte do relatório foi divulgada durante a reunião virtual de primavera do Hemisfério Norte, que reuniu líderes governamentais, representantes de organizações internacionais, empresas do setor privado, sociedade civil e academia. O estudo analisou como as soluções

de IA podem acelerar o avanço das metas de inclusão digital e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Com informações de: [Abranet](#)

Inclusão Digital

- **“Nenhum cidadão para trás”:** Serpro destaca iniciativas de inclusão digital em evento do G20. O Brasil, como presidente do G20, está promovendo o workshop virtual “Governo digital e inclusão” nos dias 18 e 19 de junho. O evento reúne autoridades, organizações internacionais e especialistas para discutir como as políticas de governo digital podem impulsionar a economia e incluir cidadãos marginalizados. **Alexandre Ávila**, superintendente de Governo Digital do Serpro, enfatizou a importância da inclusão digital, destacando esforços para garantir o acesso de todos os cidadãos, inclusive os com deficiência, aos serviços digitais. Ele também mencionou o letramento digital e a disponibilização de espaços de formação e uso das tecnologias Gov.br. A empresa tem oferecido qualificações para estudantes e população em geral, visando garantir que ninguém fique para trás no acesso aos serviços digitais. Com informações de: [Agência Brasil](#)
- **Em 2023, apenas 18% da população possuía habilidades digitais em nível intermediário.** Apenas 18% da população brasileira possui habilidades digitais de nível intermediário, e apenas 4% possuem habilidades digitais avançadas, segundo estudo da Anatel. Os dados fazem parte do acompanhamento da Anatel em relação ao Plano Estratégico da Agência, que tem como meta alcançar **30% de jovens e adultos com habilidades digitais intermediárias até 2027**. A análise se baseia nos microdados da Pesquisa TIC Domicílios realizada pelo Cetic.br e leva em consideração a estimativa da população com 10 anos ou mais. As habilidades digitais intermediárias são avaliadas de acordo com os conceitos recomendados pela UIT, abrangendo o uso de funcionalidades compatíveis com as exigências do mercado de trabalho. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Brasil estuda três saídas internacionais para Norte Conectado.** O governo brasileiro está elaborando estudos para implementar três saídas internacionais do projeto de rede óptica na região amazônica Norte Conectado, em parceria com países vizinhos e empresas. Essas iniciativas visam garantir a redundância de conectividade na região através de um corredor intercontinental. Durante uma coletiva de imprensa, representantes da Anatel e da EAF detalharam os planos, além de fornecerem atualizações sobre a construção da rede subfluvial na Amazônia. Uma das saídas internacionais envolve a expansão do Norte Conectado até Letícia, na Colômbia, em parceria com o país vizinho. Essa interligação será feita com a Infovia 02 do Norte Conectado, que deverá passar por **Tabatinga**, no Amazonas, parte da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Com informações de: [Teletime](#)
- **Ministério das Comunicações destaca o papel do Fust para ampliar a conectividade no país, durante seminário no Senado.** Os secretários do Ministério das Comunicações, **Hermano Tercius** (Secretaria de Telecomunicações) e **Wilson Wellisch** (Secretaria de Comunicação Social Eletrônica), participaram na terça-feira (18) do Seminário Câmara Temática de Comunicações, no Senado Federal, organizado pela Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi). Durante o evento, eles destacaram a importância do debate sobre

conectividade e comunicação em todo o país, apresentando os programas da pasta. Em nome do ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, Hermano Tercius abordou questões como a expansão da infraestrutura de telecomunicações e a proteção de dados pessoais, ressaltando a necessidade de políticas públicas robustas, investimentos estratégicos e parcerias eficazes no ecossistema digital. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

Transformação Digital

- **Governo Federal libera crédito para investimento de estados e municípios em transformação digital.** O presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, e a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, **Esther Dweck**, encerraram na sexta-feira (21) a Caravana Federativa do Piauí, evento que contou com a liberação de crédito simplificado pela Caixa Econômica Federal para estados e municípios investirem em ações de aprimoramento do governo digital. Essa iniciativa faz parte das medidas para a implantação da **Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD)**, que será lançada durante o evento. A ENGD é um conjunto de recomendações estratégicas para articular e direcionar as iniciativas de governo digital em todos os entes da Federação, visando tornar o Estado mais inclusivo, eficaz, inteligente e eficiente. Em 2023, foram realizadas várias oficinas presenciais em todo o país e eventos remotos para ampliar o debate sobre o tema com instituições governamentais e não governamentais de todo o Brasil, contando com a participação de quase 900 pessoas. Com informações de: [TI Inside](#)

Educação

- **Vai à CCJC projeto que cria cadastro nacional de diplomas de curso superior.** A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou, nesta quarta (19), o PL 1927/2023 (*cria cadastro nacional de diplomas de curso superior*), nos termos do parecer favorável, com substitutivo, da deputada **Laura Carneiro** (PSD/RJ). A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após análise da CCJC, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.

Mídias Sociais

- **Vai à CCOM projeto que institui normas sobre a permuta digital.** A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, nesta quarta (19), o PL 2966/2020 (*institui normas sobre a permuta digital*), nos termos do parecer favorável, com emenda, do deputado **Aureo Ribeiro** (SD/RJ). A matéria segue à Comissão de Comunicação (CCOM). Após análise da CCOM, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Casa*.

- **Presidente da Anatel defende verificação obrigatória de perfis pelas plataformas digitais.** O presidente da Anatel, **Carlos Baigorri**, fez uma defesa enfática durante o seminário “Novos Desafios do Ecosistema Digital” na Câmara dos Deputados, pedindo que as plataformas digitais mantenham cadastros atualizados de seus usuários para facilitar a identificação e responsabilização daqueles que usam as redes para cometer crimes, espalhar fake news e propagar discursos de ódio. Durante o evento, que busca discutir questões como anonimato, poder social das plataformas e liberdade de expressão, Baigorri também lamentou que a verificação de perfis tenha se tornado um negócio para as plataformas, que cobram dos usuários por “perfis verificados”, e ressaltou que o **anonimato** prevalece como regra, tornando as redes sociais um ambiente nocivo para os cidadãos. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Governo Digital

- **Lula anuncia no Piauí nova Estratégia e mais dinheiro para Governo Digital.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra **Esther Dweck** participaram do encerramento da Caravana Federativa do Piauí, em Teresina, onde foi anunciada a liberação de crédito simplificado pela Caixa Econômica Federal para investimentos em aprimoramento do governo digital. Essa iniciativa faz parte das medidas para a implantação da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD), que será lançada durante o evento. A ENGD consiste em recomendações estratégicas para articular e direcionar as iniciativas de governo digital em todos os entes da Federação, com o objetivo de tornar o Estado mais inclusivo, eficaz, inteligente e eficiente. Para ampliar o debate sobre o tema, foram realizadas várias oficinas presenciais nas cinco regiões do país e eventos remotos, com a participação de quase 900 **pessoas**. Com informações de: [Convergência Digital](#)

PD&I

- **MCTI assina entrada do país em rede de cooperação internacional Eureka.** Na sexta-feira (14), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) assinou a entrada do Brasil na **Rede Eureka**, durante um encontro realizado em Istambul, na Turquia. A adesão do país à rede tem como objetivo ampliar a cooperação internacional na produção de pesquisas em inovação. A Declaração Conjunta de Intenções foi assinada pelo secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, **Guila Calheiros**, e o ministro Adjunto da Indústria e Tecnologia da Turquia, **Ahmet Yozgatligil**. Segundo Guila, nos últimos anos o Brasil tem colaborado com a Rede Eureka por meio de chamados que apoiam projetos de ciência, tecnologia e inovação desenvolvidos por empresas, universidades e institutos públicos e privados. A entrada do Brasil na rede fortalece a participação do país em iniciativas internacionais de pesquisa e inovação, promovendo a troca de conhecimento e expertise tecnológica. Com informações de: [Anprotec](#)
- **Plenário aprova matéria sobre incentivos à Produção de Microcomputadores Portáteis.** O Plenário da Câmara dos Deputados **aprovou** o [PL 13/2020](#) (*incentivos à produção de microcomputadores portáteis*), nos termos do novo **parecer favorável, com substitutivo** ao projeto e seu apensado, [PL 719/2024](#) (*prorroga prazo de incentivos da Política Industrial para o Setor de Tecnologias da Informação – TIC's até 2049*), apresentado pelo deputado André

Figueiredo (PDT/CE). A matéria será remetida ao Senado Federal. Além de **prorrogar até o final de 2029 a vigência dos benefícios do PADIS e da Lei de TICs**, o novo substitutivo do deputado André Figueiredo (PDT/CE) inovou, dentre outros pontos, ao **criar o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon)**, com o objetivo de **incentivar o avanço tecnológico** e o **fortalecimento do ecossistema de pesquisa, desenvolvimento, inovação, design, produção e aplicação de componentes semicondutores, displays e painéis solares** no País, cujos **eixos de atuação e diretrizes** serão definidos em regulamento, a ser editado em até 6 meses a partir do início da vigência da Lei. Além disso, prevê a **criação do Conselho Gestor do Brasil Semicon**, responsável pelo monitoramento e avaliação do programa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) atuarão na estruturação e no uso de instrumentos de apoio a empreendimentos novos ou já existentes a serem ampliados, modernizados ou atualizados no setor de semicondutores por pessoas jurídicas habilitadas no Padis.

- **Indústria tem R\$ 63 bilhões à disposição para financiar inovação.** A indústria de transformação brasileira terá à sua disposição mais de **R\$63 bilhões** em créditos para inovação até 2026, sendo boa parte deles não reembolsáveis. Esses recursos estão distribuídos em bancos e agências de fomento, e fazem parte da Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial do governo federal. **Empresas de todos os portes e setores industriais podem acessar esse dinheiro por meio de projetos de inovação**, com alguns casos de liberação em até 30 dias, como na Embrapii. Segundo **Antonio Carlos Teixeira Álvares**, diretor financeiro da Fiesp, é fundamental que haja financiamento competitivo para inovação, pois isso incentiva as empresas a investirem e contribui para o crescimento do país. Com informações de: [Anprotec](#)

Economia & Tributário

- **Cobrança da alíquota de novos tributos pode começar só no fim de 2026, diz secretário.** A cobrança da alíquota de teste dos novos tributos sobre o consumo, conforme anunciado pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária, **Bernard Appy**, está prevista para começar apenas no **final de 2026**. A emenda constitucional da reforma tributária, promulgada no ano passado, estabeleceu uma transição gradual para o novo sistema de IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Segundo a emenda, em 2026, a alíquota será de **0,9%** na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e de **0,1%** no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios. Este adiamento da implementação dos novos tributos sobre o consumo tem gerado discussões e análises sobre seus impactos no cenário econômico e no setor produtivo. A notícia também vem em meio a debates sobre a modernização do sistema tributário brasileiro com foco na simplificação e eficiência, destacando a importância da tecnologia nesse processo. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
- **Entidades criticam exigências para a manutenção de imunidade tributária.** Entidades com imunidade tributária criticam exigências do novo sistema tributário. Durante audiência pública, discutiu-se o projeto de regulamentação da reforma tributária, que impõe restrições para a manutenção do benefício. Dentre elas, a vedação para que os dirigentes recebam salários superiores ao teto do serviço público, estabelecido em **R\$ 44 mil**. As entidades beneficiadas

pela imunidade nos novos impostos sobre consumo (IBS e CBS) incluem religiosas, partidos políticos, sindicatos, livrarias e entidades filantrópicas de educação e assistência social. **Núbia Castilhos**, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, defende que as novas regras visam aumentar a transparência em um setor que é um dos mais beneficiados por renúncias fiscais.

Com informações de: [Agência Câmara](#)

- **Setor produtivo avalia que novos tributos mantêm diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus.** Representantes do setor produtivo da Zona Franca de Manaus (ZFM) expressaram concordância em relação à proposta de regulamentação da reforma tributária durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Segundo eles, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 mantém o diferencial competitivo da ZFM e define as regras gerais de funcionamento do novo modelo de tributação a ser adotado no país. O projeto inclui as regras de operação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão outros impostos após um período de transição. De acordo com **Mario Sergio Telles**, superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o PLP atende aos objetivos e tenta reproduzir nos novos tributos situações que já existem no ICMS e no PIS. Com informações de: [Agência Câmara](#)

- **Especialistas defendem ampliação do cashback de impostos para inscritos em programas sociais.** Durante o debate do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/24), especialistas propuseram a implementação do cashback de 100% sobre todos os produtos consumidos pelas famílias cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) como forma de combater a desigualdade social. O cashback seria uma forma de devolver aos cidadãos os novos impostos de consumo previstos na reforma, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O governo, por sua vez, sugeriu a **devolução integral** da CBS para a compra de botijão de gás e metade da CBS para contas de luz, água e gás encanado, enquanto os demais produtos teriam 20% da CBS, percentual que seria mantido para o IBS. Além disso, estados e municípios teriam a possibilidade de ampliar a devolução do IBS por meio de legislação própria. A proposta visa garantir benefícios diretamente ligados ao consumo, principalmente para as famílias de baixa renda, contribuindo para a redução da desigualdade social e o aumento do poder de compra dessas famílias. Com informações de: [Agência Câmara](#)

- **Atualização da Lei do Bem trava em impasse para compensar benefícios fiscais.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal adiou a discussão do projeto de lei que pretende ampliar os benefícios fiscais da Lei do Bem, em uma reunião realizada na terça-feira (18). O projeto em questão é o [PL 2838/2020](#), de autoria do senador **Izalci Lucas** (PL-DF), e está sendo analisado na forma de um substitutivo apresentado pelo senador **Carlos Viana** (Podemos-MG). A resistência para a aprovação do projeto vem da liderança do Governo, que teme o aumento de renúncias fiscais sem um acordo para compensar essas perdas. Atualmente, a Lei do Bem permite que as empresas deduzam, para efeitos de cálculo do lucro líquido, despesas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação. O projeto de lei visa ampliar essas deduções para incluir despesas operacionais no Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, pagamentos a projetos de PD&I contratados no Brasil, e transferências para microempresas e empresas de pequeno porte para atividades de P,D&I. A discussão sobre a

ampliação desses benefícios fiscais foi adiada, e a decisão final ficará para uma próxima reunião da Comissão. Com informações de: [Tele Síntese](#)

- **Pacheco atende pedido do governo e adia projetos que mexem em regras tributárias.** O presidente do Senado Federal, senador **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), atendendo a um pedido do governo, decidiu adiar a votação de dois projetos que visam a equilibrar as relações entre pagadores de tributos e o Fisco. Os projetos, [PLP 125/2022](#) e [PLP 124/2022](#), estavam na pauta da sessão desta quarta-feira (19), mas serão discutidos em uma reunião de líderes para definir a nova data de votação. O objetivo do PLP 125/2022 é premiar o bom pagador e punir o “devedor contumaz“, enquanto o PLP 124/2022 impõe limites para multas e uniformiza o processo administrativo fiscal. O relator das propostas, senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB), ressaltou que mesmo com as sugestões de emendas, os temas já tiveram uma análise esgotada e estão maduros para votação. A aprovação dos projetos tem o intuito de coibir abusos por parte do Fisco e trazer regras mais claras e uniformes para a relação dos cidadãos com a Receita Federal e órgãos da administração tributária. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Pronto para inclusão na pauta da CDE projeto que institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica.** O deputado **Luiz Gastão** (PSD/CE) apresentou, nesta terça (18), parecer favorável, com substitutivo, ao PL 3412/2021 (institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Após análise da CDE, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **Vai à CFT projeto sobre medidas para socorrer empresas em situações de emergência ou calamidade.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta (20), o [PL 927/2023 \(medidas para socorrer empresas em situações de emergência ou calamidade\)](#), nos termos do parecer favorável, com substitutivo, do deputado **Augusto Coutinho** (REP/PE). A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.
 - » O projeto em questão possibilita empréstimos em condições favoráveis a empresas afetadas por desastres em municípios em situação de emergência ou calamidade pública, utilizando recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap). O texto contempla MEIs, micro e pequenas empresas, produtores rurais, empresários individuais, profissionais liberais, cooperativas e empresas de médio porte, estabelecendo regras para as operações, como a responsabilidade dos fundos estaduais e municipais, limites de juros e correção monetária, entre outras medidas. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Incentivos das leis de Informática e do PADIS ficam sem cortes até 2029.** A Câmara aprovou o [Projeto de lei 13/2020](#), que prorroga até 2073 os benefícios da Lei de TICs e do Padis, equiparando a legislação à Zona Franca de Manaus. O substitutivo aprovado foi uma junção do PL 13 com o PL 719/24, da Frente Parlamentar da Indústria Elétrica e Eletrônica, de

autoria de 74 Deputados. O texto, que ainda precisa passar por alterações na LDO, também prevê a manutenção integral dos incentivos das leis de TICs e do PADIS até 2029, retirando a previsão de queda dos incentivos já a partir do próximo ano. Com a prorrogação, o setor de tecnologia da informação e comunicação terá mais segurança e estabilidade para o desenvolvimento de novas tecnologias e impulsionamento do mercado de eletrônicos e da indústria elétrica. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Secretário do MCTI defende Lei do Bem como principal instrumento de apoio à inovação no país.** A Lei do Bem, principal apoio público à inovação no Brasil, foi defendida pelo secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, **Guila Calheiros**, durante debate na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados. Segundo Calheiros, a legislação auxilia as empresas no processo de pesquisa e desenvolvimento para a inovação, sendo essencial para a competitividade da indústria brasileira. Ele destacou que, para cada R\$1,00 de concessão tributária oferecida pelo governo, são gerados R\$4,6 em investimentos em P,D&I, totalizando R\$35,7 bilhões de investimentos em 2022. Além disso, o número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem tem crescido anualmente, com uma média de 13,6% ao ano, e em 2022 foram **3.492 empresas** beneficiadas e mais de **13,7 mil projetos** atendidos, abrangendo diversos segmentos e regiões do país. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- **Receita define 16 benefícios tributários que deverão ser informados pelas empresas.** A Receita Federal publicou nesta semana a lista de benefícios fiscais que as empresas terão que informar ao **Fisco**, com o objetivo de combater fraudes e ajudar na arrecadação do governo. São 16 incentivos tributários que estarão sob investigação, incluindo setores como eventos, exportação, infraestrutura, portuário, óleo bunker, produtos farmacêuticos, desoneração da folha de pagamentos e indústria de semicondutores, entre outros. As empresas terão que informar os valores que deixaram de recolher, inclusive os créditos tributários gerados pelos benefícios recebidos. A entrega da declaração, chamada de **Dirbi** (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária), será obrigatória para os benefícios fiscais usufruídos a partir de janeiro deste ano, visando identificar possíveis distorções e irregularidades. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Debatedores destacam avanços na recuperação judicial de empresas após mudança da Lei de Falências.** Especialistas em direito empresarial elogiaram as mudanças na Lei de Falências feitas pelo Congresso Nacional em 2020 durante um debate na Câmara dos Deputados. A audiência pública, realizada a pedido do deputado **Luiz Gastão** (PSD-CE), teve como foco os impactos positivos na recuperação de empresas. O juiz **Paulo Furtado**, de São Paulo, destacou a importância de impedir o uso da recuperação judicial como forma de fraudar credores tributários, ressaltando que a legislação conseguiu equacionar esta questão de maneira eficaz. O debate visou avaliar os efeitos práticos das mudanças na lei, que foram consideradas fundamentais para o setor empresarial. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Receita cria grupo para atividades relacionadas à conformidade tributária de exchanges de criptoativos.** A Receita Federal do Brasil publicou a [Portaria RFB nº 417](#), que cria o Grupo de Trabalho (GT) Criptoativos. O objetivo do GT é atuar na conformidade tributária das exchanges de criptoativos que operam no país. As atividades do grupo incluem a realização de

reuniões com empresas prestadoras de serviços de pagamento para entender seus modelos de negócios, orientar sobre o cumprimento das obrigações tributárias e estabelecer estratégias de atuação para as empresas que não cumprem essas obrigações. Com a medida, a Receita Federal busca alinhar a atuação das exchanges de criptoativos com as normas tributárias do país, visando a regularização e a transparência no setor de tecnologia financeira.

- **MDIC cria Sistema Nacional de Economia de Impacto.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) publicou a [Portaria nº 192/2024](#) para implantar o Sistema Nacional de Economia de Impacto, chamado de **Simpacto**. O objetivo é fortalecer a economia de impacto e conectar comitês temáticos em diferentes níveis federativos. A economia de impacto é caracterizada pela busca de resultados financeiros aliada à promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com **impacto positivo** na sociedade e no meio ambiente. O Simpacto contará com uma Coordenação Nacional e até 27 Coordenações Estaduais de Economia de Impacto, buscando desenvolver ações e políticas públicas em colaboração com **órgãos públicos e privados**.
- **Apresentado parecer sobre contagem de prazo para pagamento de tributos.** O deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP) foi designado relator do [PLP 29/2022](#) (*contagem de prazo para pagamento de tributos*) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O deputado, que também relatou a matéria na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), **apresentou parecer pela aprovação do substitutivo da CFT**, com subemenda de redação, ao [PLP 29/2022](#) (*contagem de prazo para pagamento de tributos*) e do seu apensado, [PLP 63/2023](#) (*pagamento de tributos em finais de semana e feriados*). A emenda esclarece que a prorrogação de prazo de pagamento de vencimentos fixados na legislação como o último dia útil para o primeiro dia útil subsequente ao referido prazo **se refere exclusivamente ao pagamento de tributos**. Após análise da CCJC, a matéria será apreciada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada, será remetida ao Senado Federal.
- **Pronto para inclusão na pauta projeto que cria Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça (18), requerimento de urgência para analisar o [PL 1725/2024](#) (*Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil*) do deputado **Jorge Goetten** (PL/SC). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa do Plenário da Casa, que deverá analisar tanto quanto ao mérito, como em termos de adequação financeira ou orçamentária, constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. Após análise do Plenário, a matéria será remetida ao Senado Federal.
 - » O projeto visa garantir a continuidade de programas criados por meio da [MPV 1.213/2024](#), que tramita em regime de urgência devido à proximidade do encerramento de sua vigência. Dentre outros, o projeto cria o Programa Eco Invest Brasil, que busca fomentar e incentivar investimentos em projetos voltados para práticas sustentáveis e tecnologias ecológicas, além de apoiar operações no mercado de capitais e atrair investimentos externos ao país. O projeto também promove o Procred 360, que busca fortalecer microempresas e microempreendedores individuais, e o Desenrola Pequenos Negócios, que incentiva a renegociação de dívidas de pequenas empresas

- **Líder do governo admite impacto menor para desoneração da folha e fala em R\$ 17 bilhões.** Na quarta-feira (19), o líder do governo no Senado, **Jaques Wagner** (PT-BA), revelou que o impacto da desoneração de empresas e municípios será menor do que o previsto inicialmente. De acordo com Wagner, o governo estimou o impacto em R\$ 17,2 bilhões, o que vai de encontro às estimativas da equipe do ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**. Segundo o líder do governo, a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia terá um impacto de aproximadamente R\$ 9 bilhões neste ano, e de cerca de **R\$ 8 bilhões** para os municípios com até 156 mil habitantes. Com a renúncia fiscal menor do que o previsto, a necessidade de medidas para financiar o custo da desoneração também será reduzida. As estimativas da equipe de Haddad apontavam para uma perda de arrecadação de **R\$ 26,3 bilhões** com a desoneração da folha, sendo **R\$ 15,8 bilhões** das empresas e **R\$ 10,5 bilhões** dos municípios. Com os novos números apresentados por Jaques Wagner, a discussão sobre o impacto e os meios de financiamento da desoneração ganham novos contornos e podem influenciar o debate sobre a medida. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

Consumidor

- **Comissão aprova isenção de IPI sobre tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.** A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) aprovou nesta semana o [PL 492/2020](#), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência. O parecer pela aprovação foi apresentado pela deputada **Clarissa Tércio** (PP/PE). A matéria vai à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- **Anatel endurece regras contra venda na internet de equipamentos eletrônicos não aprovados no País.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), vinculada ao Ministério das Comunicações, publicou no Diário Oficial da União novas medidas para combater a comercialização na internet de equipamentos eletrônicos não aprovados no país. As regras mais rígidas visam garantir a qualidade das redes de telecomunicações e responsabilizar os vendedores pela divulgação de produtos que não atendam aos requisitos de saúde e segurança. De acordo com o ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, essa medida é necessária para evitar interferências em outros serviços estabelecidos, como o Controle de Tráfego Aéreo e as redes de comunicação móvel. Além disso, a falta de homologação da agência pode representar riscos ao consumidor, como choques elétricos, explosões e vazamento de materiais tóxicos. Com informações de: [Agência Brasil](#)

Saúde

- **Ministério da Saúde cria programa para desenvolvimento e inovação no SUS.** O Ministério da Saúde publicou a [Portaria GM/MS nº 4.472](#), que cria o **Programa de Desenvolvimento e Inovação Local** (PDIL) com o propósito de fomentar a produção e inovação no âmbito da

saúde, sustentabilidade e resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS). O PDIL visa a diminuir a vulnerabilidade tecnológica do SUS e aumentar o acesso à saúde, contemplando soluções produtivas e tecnológicas que estejam alinhadas com os desafios produtivos e tecnológicos na área da saúde. Além disso, as propostas de projetos para o PDIL serão avaliadas de acordo com critérios como cronograma, capacidade tecnológica, recursos humanos qualificados, inovação e benefícios para o sistema de saúde. Os projetos aprovados serão formalizados em instrumentos jurídicos específicos, como convênios, termos de execução descentralizada, encomendas tecnológicas, contratos públicos para soluções inovadoras, acordos de compensação tecnológica, entre outros. Os resultados das avaliações dos projetos serão divulgados no site do Ministério da Saúde, com a possibilidade de recursos administrativos e a participação de instituições públicas, **entidades privadas sem fins lucrativos, empresas públicas e privadas e startups.**

- **Rejeitada matéria sobre telemedicina para prestação de serviços médicos.** A Comissão de Saúde (CSAUDE) rejeitou o [PDL 37/2019](#) (*telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias*), na forma do **parecer** do relator, deputado **Ismael Alexandrino** (PSD/GO). A matéria **segue** para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Em seu relatório, o deputado destaca que a matéria **perdeu vigor** devido a **revogação do normativo** alvo da proposta, que foi **substituída** pela Resolução CFM nº 2.228/2019, que **atualizou as diretrizes e práticas para a telemedicina.**
- **Comissão de Saúde rejeita Projeto que susta autorização para consultas on-line.** A Comissão de Saúde (CSAUDE) aprovou o parecer, apresentado pelo deputado **Ismael Alexandrino** (PSD/GO), pela rejeição do [PDL 37/2019](#), que susta a Resolução nº 2.227, de 13 de dezembro de 2018, do Conselho Federal de Medicina, que define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Um dos motivos apresentados é o fato da Resolução em questão ter sido anulada em detrimento de outra, assim, perdeu-se o objeto do PDL. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ambiental

- **CMADS aprova matéria sobre disponibilização de Espaços Públicos para Logística Reversa.** A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) **aprovou o substitutivo** ao [PL 1437/2022](#) (*disponibilização de espaços públicos para logística reversa*) apresentado pela relatora, deputada **Duda Salabert** (PDT/MG). A matéria **segue para deliberação da Comissão de Desenvolvimento Urbano** (CDU). O substitutivo apresentado, mantendo a previsão original de que de que o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos deve prever a disponibilização de espaços públicos para favorecer e viabilizar as atividades de logística reversa, **amplia o texto** para **garantir às cooperativas**, associações ou outras formas de organização de catadores **plenas condições para o uso dos espaços públicos disponibilizados.** Após análise da CMADS, o projeto segue para as Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo apresentação de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.*

- **Comissão aprova programa de socorro a empreendedores atingidos por tragédias climáticas.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou o parecer do relator deputado **Augusto Coutinho** (UNIAO/SE) pela aprovação, com emenda, do [PL 927/2023](#), que dispõe sobre a criação do programa nacional de socorro emergencial a empreendedores atingidos por tragédias climáticas e dá outras providências. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
- **Audiência pública debaterá desenvolvimento de cadeias produtivas na Amazônia.** A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o [REQ 21/2024](#), que solicita a realização de audiência pública a fim de debater o desenvolvimento de cadeias produtivas da Amazônia. Entre os convidados destacam-se o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **Aloizio Mercadante**.
- **CMADS aprova substitutivo ao PL que disponibiliza espaços públicos para logística reversa.** A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) aprovou o substitutivo ao [PL 1437/2022](#), que trata da disponibilização de espaços públicos para logística reversa, apresentado pela deputada **Duda Salabert** (PDT/MG). O projeto foi aprovado e agora segue para a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) para deliberação. A iniciativa tem como objetivo promover a sustentabilidade por meio do reaproveitamento de resíduos e materiais, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Trabalhista

- **Vai à CTRAB projeto que promove a capacitação de menores aprendizes para a atividade profissional e o empreendedorismo.** A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) aprovou, nesta quarta (19), o [PL 2777/2023](#) (*promove a capacitação de menores aprendizes para a atividade profissional e o empreendedorismo*), nos termos do parecer favorável, com substitutivo, da deputada **Rogéria Santos** (REP/BA). A matéria segue à Comissão de Trabalho (CTRAB). Após análise da CTRAB, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Casa*.
- **CFT rejeita PL que institui Simples Trabalhista.** O [Projeto de Lei 6100/2016](#), de autoria do deputado **João Derly** propõe alterações na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - para instituir o regime unificado de pagamento de tributos, contribuições e demais encargos do empregador, chamado de Simples Trabalhista. No entanto, o parecer de autoria do deputado **Josenildo** (PDT/AP), aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação destaca que a matéria não implicará em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, mas vai contra a aprovação do projeto, argumentando que as medidas de simplificação propostas nos projetos

em análise foram, em grande parte, implementadas no decorrer da apresentação dos projetos de leis até a data de hoje. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Administração Pública

- **Aprovada indicação de Antônio Gonçalves para o TST.** O Plenário do Senado aprovou, por 62 votos favoráveis, a indicação de Antônio Fabrício de Matos Gonçalves para ministro do Tribunal Superior do Trabalho. O relatório da aprovação, feito pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), será comunicado à Presidência da República. Antônio Fabrício é natural de Brasília de Minas (MG), com mestrado em direito do trabalho pela PUC-Minas, experiência como presidente e diretor-tesoureiro da OAB de Minas Gerais e passagem como professor da Escola Superior de Advocacia. O senador destacou que o indicado participou da Convenção da OIT na Suíça e foi membro da Comissão Nacional de Revisão da Legislação Trabalhista, ressaltando sua experiência e qualificação para o cargo. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Decreto que regulamenta o PPA participativo 2024-2027 é publicado.** Foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 12.066 que regulamenta a Lei nº 14.802 para estabelecer o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. O Plano, previsto na Constituição de 1988, define metas, diretrizes e programas do Governo, sendo elaborado de quatro em quatro anos. Desta vez, a elaboração do documento contou com a maior participação da sociedade na história do país, por meio de uma plataforma digital que registrou mais de 4 milhões de acessos e **1,5 milhão de propostas**. As 20 propostas mais votadas em cada área foram incorporadas, total ou parcialmente, no Plano, com um total de 76,5% das sugestões sendo aceitas. Além disso, foram realizados três fóruns Interconselhos e 27 plenárias regionais, com a participação de mais de 34 mil pessoas. Para o período de 2024-2027, o PPA prevê investimentos estimados em R\$ 13,3 trilhões, incluindo recursos orçamentários e não orçamentários. Com informações de: [Agência Brasil](#)

Orçamento

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico receberá ministra Simone Tebet.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou o [REQ 38/2024](#), que requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), para debater as prioridades do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para 2024, bem como, os projetos de integração dos países da América do Sul. Para a sessão será convidada a ministra **Simone Tebet** (MPO).
- **Arquivada matéria sobre Funcionamento do FNDCT.** O senador Izalci Lucas (PL/DF) apresentou parecer pelo arquivamento do [PL 5078/2019](#) (*funcionamento do FNDCT*) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O parecer está pronto para inclusão na pauta deliberativa da CAE, que possui decisão terminativa. Portanto, se aprovado, a matéria será arquivada. O parecer apresentado pelo senador Izalci Lucas, assim como aquele apresentado pelo então senador Jean Paul Prates (PT/RN), argumenta que a [Lei Complementar nº](#)

[177/2021](#) já alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, vedando a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade. A referida lei também modificou a natureza e as fontes de receitas do FNDCT. Nesse sentido, considera que legislação em teor semelhante já foi aprovada pela Casa, de forma que não se faz necessário o prosseguimento da matéria.

Nomeações

- **MEC nomeia subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação.** O Ministério da Educação (MEC) anunciou a designação de Oto Buregio de Lima para assumir o cargo de Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação. A nomeação foi feita por meio de [portarias](#) publicadas em 18 de junho.
- **MCTI nomeia membros do Conselho Técnico-Científico do Laboratório Nacional de Computação Científica.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) [nomeou](#) sete novos conselheiros para o Conselho Técnico-Científico do Laboratório Nacional de Computação Científica. Entre os nomeados estão **Pablo Javier Blanco, Laurent Emmanuel Dardenne, Regina Célia Cerqueira de Almeida, Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Alba Cristina Magalhães Alves de Melo, Marcelo Miranda Viana da Silva e Silvia Cristina Alves França.**
- **Fazenda nomeia presidentes no âmbito da 2ª Turma Ordinária da Terceira Câmara do CARF.** O Ministério da Fazenda, por meio da [Portaria de Pessoal MF nº 1.243](#) e [1.247](#), nomeou **Johnny Wilson Araújo Cavalcanti e Lázaro Antônio Souza Soares**, respectivamente, como presidentes das [2ª Turma Ordinária da Terceira Câmara da 2ª Seção de Julgamento](#) e da [3ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais \(CARF/MF\)](#), órgão ligado ao Ministério da Fazenda.